

HABEAS CORPUS Nº 493.215 - SE (2019/0041491-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : AUGUSTO DAMIAO POTIGUACU DA SILVA VIANA
ADVOGADO : AUGUSTO DAMIAO POTIGUAÇU DA SILVA VIANA -
SE006264
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : CLAUDIA REGINA SANTOS DE MELO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **CLAUDIA REGINA SANTOS DE MELO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Consta nos autos que a paciente teve sua prisão preventiva substituída por prisão domiciliar, com monitoração eletrônica, pela suposta prática delito tipificado no art.33, *caput*, da Lei nº 11.343/06.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em decisão assim ementada:

"*HABEAS CORPUS* – PACIENTE ACUSADA DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES (ART. 33, DA LEI Nº 11.343/06) – PRISÃO PREVENTIVA SUBSTITUÍDA POR MEDIDA CAUTELAR DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA – INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RETIRADA DA TORNOZELEIRA ELETRÔNICA – IRRESIGNAÇÃO DO PACIENTE – DECISÃO DEVIDAMENTE MOTIVADA – NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AO CASO CONCRETO – MEDIDA DEVIDAMENTE REAVALIADA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, EM CUMPRIMENTO AO PRAZO ESTIPULADO NO ART. 10, PARÁGRAFO ÚNICO, DA PORTARIA NORMATIVA CONJUNTA N.º 80/2015 DESTE TRIBUNAL – INEXISTÊNCIA DE OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES NORMAIS - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE DETERMINOU A MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DA PACIENTE - ORDEM DENEGADA – DECISÃO UNÂNIME." (e-STJ, fl.53).

Neste *writ*, o impetrante alega, em síntese, que a paciente encontra-se há mais de uma ano e três meses sendo monitorada por tornozeleira eletrônica regularmente e que o uso do referido apetrecho vem causando inconvenientes à paciente, tais como falhas no carregamento e de sinal, além de dificuldades para acompanhar a filha menor em tratamentos médicos, tendo em vista que nem todo órgão hospitalar expede certidão de comparecimento.

Requer, assim, a concessão liminar da ordem para que seja determinada a substituição da prisão domiciliar por outras medidas cautelares alternativas, sem monitoração eletrônica.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional,

uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator

